

PSICOLOGIA NA ESCOLA: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Sterphany Lize da Silva Lima ¹
Maria da Apresentação Barreto ²

A inserção na escola pública é um desafio para a psicologia escolar no Brasil, pois ao passo que as demandas psicológicas são cada vez maiores, não há políticas públicas a nível nacional que garantam que os psicólogos ocupem esses espaços. (BARRETO et al., 2017).

Além disso, durante muito tempo a atuação desses profissionais nas escolas seguiu uma lógica individualizante, normatizadora e excludente, o que gera nos atores escolares expectativa de trabalhos nesses moldes. Enquanto profissionais que acreditamos em uma psicologia escolar crítica, somos desafiados a construir práticas que rompam com o modelo de sociedade capitalista – produtor e reproduzidor de desigualdades – e que apontem possibilidades de transformação. (VIANA, 2016)

Ancoradas no referencial da psicologia histórico-cultural entendemos que o ser humano é constituído pela realidade histórico-social e a escola tem papel importante nesse processo de humanização, contribuindo para a apropriação dos conhecimentos produzidos em sociedade. Portanto, a atividade profissional do psicólogo na escola deve ser pautada por essa concepção de ser humano e de sociedade.

Assumindo a condição de estagiária de psicologia adentramos no campo da escola pública no ano de 2019 e começamos a desenvolver observações no ambiente escolar para levantar possíveis demandas para a psicologia, com o objetivo de desenvolver um projeto de intervenção coerente com essas demandas e com a função social da escola: socializar conteúdos e instrumentos necessários para o saber.

Este trabalho objetiva apresentar os caminhos e descaminhos para a construção desse projeto de intervenção e sua execução. A escola em questão se situa na Zona Norte de Natal e as atividades foram desenvolvidas com alunos do 1º ao 5º ano. Dentre outras, as demandas incluem questões relativas à necessidade de inclusão dos alunos com deficiência, violência na hora do intervalo e práticas de automutilação entre as meninas.

A região na qual a escola está localizada é marcada pela ausência de políticas públicas adequadas para a juventude e baixo investimento do poder público em infraestrutura e renda. Esse cenário de privação de direitos sociais básicos reverbera em comunidades inteiras vivendo em situação de vulnerabilidade social. Assim, a escola está imersa nesse cenário de descuido e descaso, apresentando cotidianamente queixas relacionadas às questões sociais como racismo, violência de gênero, exposição e consumo de drogas, extrema pobreza, conflitos familiares, entre outras.

É nesse contexto que emergem as queixas escolares comuns à escola pública no Brasil: indisciplina, notas baixas, reprovação, evasão, problemas de aprendizagem.

Discutir esse fenômeno por uma ótica individualista reforça os estigmas a respeito do aluno da escola pública. É preciso deslocar o foco do indivíduo, ou seja, do aluno que não aprende ou do professor que não ensina, e centra-lo nas questões históricos-sociais que permeiam o processo de ensino-aprendizagem. Assim, saímos da aparência do fenômeno e

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, sterphanylize@gmail.com;

² Orientadora: docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, apresentacao1@hotmail.com.

vamos à gênese, para desenvolver projetos com vistas à transformação do espaço escolar e, em consequência, da sociedade.

A metodologia utilizada para a construção do trabalho foi a observação participante, de acordo com Marconi e Lakatos (2003) a observação participante

“Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste.” (p. 194)

Assim, ao mesmo tempo em que observávamos o cotidiano escolar, nos integramos nas atividades da instituição fazendo pequenas intervenções quando oportuno.

A partir dessas observações selecionamos as quatro principais demandas para a construção do projeto de intervenção, a saber: o momento do recreio muito caótico, os alunos se machucam, brigam, se batem como forma de brincar; os alunos expressam em falas e atitudes um comportamento violento; a necessidade de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais; e a prática de automutilação pelas alunas dentro do ambiente escolar.

Como poderia então o profissional da psicologia atuar frente a essas demandas, de modo a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem? É necessário desenvolver um trabalho envolvendo toda a comunidade escolar, tendo “como princípio a coletividade, visando o bem de todas e todos” (CFP, 2013, p. 54).

As Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica trás algumas possibilidades de atuação em psicologia escolar na Educação Básica: elaboração, avaliação e reformulação do projeto político pedagógico, destacando a dimensão psicológica ou subjetiva da realidade escolar; formação de educadores buscando uma prática pedagógica voltada à humanização, enfatizando as dimensões subjetivas das experiências educacionais; formação continuada com os professores contribuindo para o entendimento de como o aluno aprende; análise das práticas escolares com foco nas relações institucionais, considerando o contexto em que é produzido o processo de escolarização; grupos de trabalho com a comunidade escolar e familiares possibilitando que a temática do preconceito seja abordada; reflexão crítica sobre barreiras que se interpõem no cotidiano escolar e suas formas de enfrentamento; acompanhamento dos alunos em conselho de classe, no cotidiano escolar e nas dificuldades que surgem no processo de escolarização; e realização de trabalhos abordando temáticas sociais que contribuam para a socialização do conhecimento (CFP, 2013).

A partir dessas vertentes de atuação desenvolvemos o projeto de intervenção. Para apresentar as observações realizadas durante cerca de 1 mês aos professores e funcionários da instituição, organizamos um momento em grupo, nele pudemos discutir as questões que apareceram como demanda e os professores sugeriram que houvesse um foco nos problemas na hora do recreio. Ademais, a gestão escolar se mostrou preocupada com um alto índice de automutilação entre os escolares. Seguindo essa linha de atuação, planejamos duas atividades de intervenção.

A primeira tem como objetivo incentivar a construção de uma cultura escolar que valorize o brincar como ferramenta para desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, propondo atividades colaborativas como outra alternativa que não os jogos violentos. Para Fortuna (2000)

“... enquanto a aprendizagem é apropriação e internalização de signos e instrumentos num contexto de interação, o brincar é apropriação ativa da realidade por meio da representação; a brincadeira é, por conseguinte, uma atividade análoga à aprendizagem.” (p. 6)

Sendo assim, construímos como proposta de atividade de estágio o desenvolvimento de jogos e brincadeiras na hora do recreio com todos os alunos, para que esse espaço seja um

lugar potente para o convívio entre pares. Para isso, as professoras de 5º ano selecionam todos os dias 6 alunos de 3 turmas diferentes para atuarem como monitores na hora do recreio. Essa atividade tem gerado resultados positivos. Os alunos e professores aprovaram a ideia da monitoria, dessa forma, as crianças têm brincado mais na hora do recreio, diminuindo as situações de conflito entre elas.

Para uma segunda fase da intervenção, planejamos fazer uma oficina de construção de brinquedos e jogos com materiais recicláveis, com essa atividade objetivamos preparar os alunos do 4º ano para o exercício da monitoria, assim como desenvolver uma consciência ambiental com a reciclagem de materiais.

A segunda intervenção consiste em criar um grupo de sócio psico educação com adolescentes entre 11 e 15 anos no contra turno das aulas intitulado “De Menina Para Menina”, onde poderão falar sobre suas vivências enquanto meninas, como têm lidado com as emoções e como vivenciam o “ser feminina”. O objetivo desse grupo é compreender as questões que envolvem a construção do que é ser menina para as alunas da escola, assim como possibilitar um espaço de reflexão e compartilhamento de experiência grupal.

O motivo para a formação do grupo é a demanda relacionada a automutilação entre as meninas. Para Almeida et al. (2018) a temática da automutilação deve ser trabalhada por meio de uma sensibilização das adolescentes praticantes ou não desse comportamento visando a construção de possibilidades de expressar conflitos interiores de formas mais assertivas. Assim, as alunas selecionadas foram meninas de 10 a 13 anos que praticam automutilação, ou que vivenciam angústias e conflitos de diferentes ordens. As reuniões do grupo ainda não iniciaram até o momento da escrita desse trabalho.

Entendemos que o processo de ensino-aprendizagem não acontece de forma isolada na vida dos sujeitos, ele está relacionado com as vivências dos alunos, podendo situações como essas apresentadas interferirem diretamente no aprendizado dessas crianças e adolescentes. Portanto, essas duas atividades integram um plano de ação para uma intervenção em psicologia escolar em uma perspectiva crítica.

Ao contrário das práticas tradicionais, esta é embasada em uma concepção de educação emancipatória, que visa romper as barreiras que impendem o sucesso escolar, descentralizando a responsabilidade do não aprendizado dos indivíduos que estão imersos nesse espaço formal de educação e buscando a construção de práticas coletivas que favoreçam os processos de aprendizagem no ambiente escolar.

Além disso, visa o resgate do brincar na hora do recreio como um momento significativo para o desenvolvimento, e as práticas coletivas como potentes para o enfrentamento de problemas emocionais. Ainda destaca importância da escola estar atenta para a totalidade que compõe os fenômenos escolares. Por fim, expõe a necessidade do profissional de psicologia compor o quadro de profissionais das escolas públicas, visto que há demandas e abertura de docentes e gestores para a presença desses profissionais nas instituições escolares.

Palavras-chave: psicologia escolar, intervenção, educação básica, recreio, automutilação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. da S. *et al.* A prática da automutilação na adolescência: o olhar da psicologia escolar/educacional. **Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, n.3, v.4, p. 147-160, Maio 2018.

BARRETO, M. da A. *et al.* Demandas a los psicólogos escolares: una experiencia formativa. **Eureka**, Asunción, n.2, v.14, p. 255-267, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica.** Brasília: CFP, 2013.

FORTUNA, T. R. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) **Planejamento em destaque: análises menos convencionais.** Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6) p. 147-164

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIANA, M. N. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In: FRANSCHINI, R. e VIANA, M. N (org.) **Psicologia Escolar: que fazer é esse.** Brasília: CFP, 2016.